

CONCURSO PÚBLICO

ESCREVENTE JUDICIÁRIO III

PROVAS	QUESTÕES
Português	01 a 12
Organização do Poder Judiciário: no Brasil e em Goiás	13 a 24
Noções Elementares do Direito Constitucional e Administrativo	25 a 29
Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Brasil	30 a 34
Informática Básica	35 a 37
Conhecimentos Específicos do Cargo	38 a 50
PROVA DISCURSIVA	QUESTÕES
Conhecimentos Específicos do Cargo	01 a 05

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 50 questões da prova objetiva e 5 questões da prova discursiva.
2. Cada questão objetiva apresenta 5 alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta preta ou azul a letra correspondente à resposta assinalada na prova.
3. O cartão-resposta é personalizado e não haverá substituição, em caso de erro. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente, caso contrário, notifique ao aplicador de prova.
4. O caderno de respostas deverá ser preenchido com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Respostas a lápis não serão corrigidas e terão pontuação zero.
5. O caderno de respostas é personalizado, verifique se seus dados estão impressos corretamente, caso contrário, notifique ao aplicador de prova.
6. A duração das provas é de 5 horas, já incluídos o tempo da marcação do cartão-resposta, a leitura dos avisos e a coleta de impressão digital.
7. Você só poderá retirar-se, definitivamente, da sala e do prédio, a partir das 17 horas.
8. AO TERMINAR DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA DA PROVA OBJETIVA E O CADERNO DE RESPOSTAS DA PROVA DISCURSIVA AO APLICADOR DE PROVA.

PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01 a 09**.

Ninho de periquitos

Abrandando a canícula pelo virar da tarde, Domingos abandonou a rede de embira onde se entretinha arranhando uns respontos na viola, após farta cuia de jacuba de farinha de milho e rapadura que bebera em silêncio, às largas colheradas, e saiu ao terreiro, onde demorou a afiar numa pedra piçarra o corte da foice.

Era pelo domingo, vésperas quase da colheita. O milharal estendia-se além, na baixada das velhas terras devolutas, amarelecido já pela quebra, que realizara dias antes, e o veranico, que andava duro na quinzena.

Enquanto amolava o ferro, no propósito de ir picar uns galhos de coivara no fundo do plantio para o fogo da cozinha, o Janjão rondava em torno, rebolando na terra, olho aguçado para o trabalho paterno.

– Não se esquecesse, o papá, dos filhotes de periquitos, que ficavam lá no fundo do grotão, entre as macegas espinhosas de “malícia”, num cupim velho do pé da maria-preta. Não esquecesse...

O roceiro andou lá pelos fundos da roça, a colher uns pepinos temporões; foi ao paiol de palha d’arroz, mais uma vez avaliando com a vista se possuía capacidade precisa para a rica colheita do ano; e, tendo ajuntado os gravetos e uns cernes de coivara, amarrava o feixe e ia já a recolher caminho de casa, quando se lembrou do pedido do pequeno.

– Ora, deixassem lá em paz os passarinhos.

Mas aquele dia assentava o Janjão a sua primeira dezena tristonha de anos; e pois, não valia por tão pouco amuá-lo.

O caipira pousou a braçada de lenha encostada à cerca do roçado; passou a perna por cima, e pulando do outro lado, as alpercatas de couro cru a pisar forte o espinharal ressequido que estralejava, entranhou-se pelo grotão – nesses dias sem pinga d’água – galgou a barroca fronteira e endireitou rumo da maria-preta, que abria ao mormaço crepuscular da tarde a galharada esguia, toda tostada desde a época da queima pelas lufadas de fogo que subiam da malhada.

Ali mesmo, na bifurcação do tronco, assentada sobre a forquilha da árvore, à altura do peito, escancarava a boca negra para o nascente a casa abandonada dos cupins, onde um casal de periquitos fizera ninho essa estação.

O lavrador alçou com cautela a destra calosa, rebuscando lá por dentro os dois borrachos. Mas tirou-a num repente, surpreendido. É que uma picadela incisiva, dolorosa, rasgara-lhe por dois pontos, vivamente, a palma da mão.

E, enquanto olhava admirado, uma cabeça disforme, oblonga, encimada a testa duma cruz, aparecia à aberta do cupinzeiro, fitando-lhe, persistentes, os olhinhos redondos, onde uma chispa má luzia, malignamente...

O matuto sentiu uma frialdade mortuária percorrendo-o ao longo da espinha.

Era uma urutu, a terrível urutu do sertão, para a qual a mezinha doméstica nem a dos campos possuíam salvação.

Perdido... completamente perdido...

O réptil, mostrando a língua bífida, chispando as pupilas em cólera, a fitá-lo ameaçador, preparava-se para novo ataque ao importuno que viera arrancá-lo da sesta; e o caboclo, voltando a si do estupor, num gesto instintivo, sacou da baina o largo “jacaré” inseparável, amputando-lhe a cabeça dum golpe certo.

Então, sem vacilar, num movimento ainda mais brusco, apoiando a mão molesta à casca carunchosa da árvore, decepou-a noutro golpe, cerce quase à juntura do pulso.

E enrolando o punho mutilado na camisola de algodão, que foi rasgando entre dentes, saiu do cerrado, calcando duro, sobranceiro e altivo, rumo de casa, como um deus selvagem e triunfante apontando da mata companheira, mas assassina, mas perfidamente traiçoeira...

Glossário

Barroca: monte ou rocha de barro.

Borracho: pombinhos implumes.

Canícula: grande calor atmosférico.

Cerce: pela base, pela raiz, rente.

Coivara: restos de capina ou montinhos de gravetos a que se põe fogo para limpar terreno de cultura.

Estupor: diminuição ou paralisação das reações intelectuais, sensitivas ou motrizes.

Jacuba: mingau preparado com água, leite ou cachaça, farinha de mandioca e açúcar ou mel.

Macega: erva daninha, infestante das searas.

Malícia: planta da família das leguminosas.

Mezinha: remédio caseiro.

Oblongo: mais comprido do que largo; alongado.

Piçarra: rocha sedimentar argilosa estratificada, altamente endurecida.

— QUESTÃO 01 —

Um aspecto significativo da ficção de Hugo de Carvalho Ramos que é perceptível no conto “Ninho de periquitos” e contribui para identificar a literatura de cunho regionalista é

- (A) o tratamento dado ao tempo.
- (B) o tipo de narrador.
- (C) o gênero literário.
- (D) a escolha lexical.
- (E) a sintaxe rebuscada.

— QUESTÃO 02 —

O vocabulário do conto

- (A) dá a cor local à narrativa.
- (B) denuncia a restrição da linguagem do autor.
- (C) impossibilita a experiência estética do leitor.
- (D) restringe a recepção da obra ao leitor goiano.
- (E) indica pobreza da matéria literária regionalista.

— QUESTÃO 03 —

Os substantivos *roceiro*, *caipira*, *matuto* são usados pelo narrador para identificar o protagonista do conto. O uso dessas palavras demonstra que o autor

- (A) apresenta uma visão preconceituosa sobre o homem do campo.
- (B) reitera a diferença entre o homem rural e o homem urbano.
- (C) reafirma a particularidade do personagem como um homem que vive e trabalha no campo.
- (D) caracteriza o personagem como um homem rude e ignorante.
- (E) configura o personagem como um homem sem identidade.

— QUESTÃO 04 —

O tempo verbal na passagem “que abria ao mormaço crepuscular da tarde” é equivalente ao que se observa em

- (A) “um casal de periquitos fizera ninho.”
- (B) “O roceiro andou lá pelos fundos da roça.”
- (C) “Janjão rondava em torno.”
- (D) “Domingos abandonou a rede.”
- (E) “O matuto sentiu uma frialdade.”

— QUESTÃO 05 —

Em “Ninho de periquitos”, o autor tematiza

- (A) a ignorância do lavrador diante da força da natureza.
- (B) a negligência do homem simples com sua saúde.
- (C) o sentimentalismo do caipira do sertão.
- (D) o embate entre o homem do campo e a natureza.
- (E) o desconhecimento do caboclo sobre o seu meio.

— QUESTÃO 06 —

A expressão, já cristalizada, “O sertanejo é antes de tudo um forte” pode ser atribuída ao personagem de “Ninho de periquitos”. Essa associação pode ser confirmada na passagem:

- (A) “O lavrador alçou com cautela a destra calosa”
- (B) “saiu do cerrado, calcando duro, sobranceiro e altivo, rumo de casa”
- (C) “e o veranico, que andava duro na quinzena.”
- (D) “Enquanto amolava o ferro”
- (E) “as alpercatas de couro cru a pisar forte”

— QUESTÃO 07 —

O conto põe em questão a concepção romântica e idealizada da vida no campo, pois

- (A) o personagem é apresentado como indiferente às belezas naturais.
- (B) o caipira é caracterizado como inferior ao homem da cidade.
- (C) a urutu, serpente peçonhenta, é enaltecida pelo narrador.
- (D) o protagonista é descrito como um homem insatisfeito com sua vida.
- (E) a natureza é mostrada como responsável pela mutilação do corpo do lavrador.

— QUESTÃO 08 —

Na expressão “uma picadela incisiva”, o adjetivo *incisiva* pode ser substituído, sem perda de sentido, por

- (A) previsível.
- (B) aguda.

(C) incerta.

(D) inerte.

(E) inócua.

— QUESTÃO 09 —

No primeiro parágrafo do conto, os verbos *abandonar*, *entretar* e *beber* são empregados, respectivamente, nos seguintes tempos verbais:

- (A) pretérito perfeito, pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito.
- (B) presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito.
- (C) pretérito imperfeito, presente, futuro.
- (D) futuro, pretérito perfeito, presente.
- (E) pretérito mais-que-perfeito, presente, futuro.

O texto que segue servirá de base para responder às questões 10, 11 e 12.

Os dois caipiras se encontram para uma pescaria.

– Então, cumpade, tá animado? – pergunta o primeiro.

– Eu tô, home! Ô cumpade, pro mode quê tá levano esses dois embornal?

– É que tô levano uma pingazinha, cumpade.

– Pinga, cumpade? Nós num tinha acertado que num ia bebê mais?!

– Cumpade, é que pode aparecê uma cobra e picá a gente. Aí nós desinfeta com a pinga e toma uns gole que é pra mode num sinti a dô.

– É... e na outra sacola, o que qui tá levano?

– É a cobra, cumpade. Pode num tê lá.....

Disponível em [http://www.opescador.psc.br/piadas de caipira.htm](http://www.opescador.psc.br/piadas_de_caipira.htm) [Adaptado]. Acesso em 09 ago. 2007.

— QUESTÃO 10 —

Na piada, o emprego de algumas palavras, cuja forma fere a ortografia padrão da língua portuguesa,

- (A) subestima a variedade culta da língua.
- (B) reduz os efeitos do humor.
- (C) representa o dialeto caipira.
- (D) valoriza a fala do homem do interior.
- (E) dificulta a interpretação do texto.

— QUESTÃO 11 —

Na passagem “– Aí nós desinfeta com a pinga e toma uns gole”, ocorre desvio lingüístico quanto

- (A) à concordância.
- (B) à pontuação.
- (C) à regência verbal.
- (D) ao emprego do pronome.
- (E) à formação das palavras.

— QUESTÃO 12 —

As regras que determinam a acentuação nas palavras *ônibus* e *aparecé* são as mesmas em:

- (A) egoísta e português.
- (B) chapéu e saúde.
- (C) fósforo e lâmpada.
- (D) inseparável e café.
- (E) canícula e jacaré.

ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO: NO BRASIL E EM GOIÁS**— QUESTÃO 13 —**

Quanto à matéria a ser julgada, a Justiça pode ser dividida em especial e comum. A Justiça Especial compõe-se:

- (A) da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e dos Juizados Especiais.
- (B) da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça Militar.
- (C) da Justiça Federal, da Justiça Eleitoral e dos Juizados Especiais.
- (D) da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar.
- (E) da Justiça Federal, da Justiça Militar e dos Juizados Especiais.

— QUESTÃO 14 —

Nos termos previstos na Constituição da República de 1988, são órgãos judiciários de 2º (segundo) grau os

- (A) Tribunais de Justiça e as Seções Judiciárias da Justiça Federal.
- (B) Tribunais Regionais Estaduais e os Juízes Eleitorais.
- (C) Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça.
- (D) Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes do Trabalho.
- (E) Tribunais Regionais do Trabalho e as Seções Judiciárias da Justiça Federal.

— QUESTÃO 15 —

Os impedimentos e as suspeições objetivam efetivar, dentre outras garantias dos jurisdicionados, a da imparcialidade dos julgadores e dos serventuários da Justiça. Assim, reputa-se fundado o impedimento ou a suspeição quando uma das partes

- (A) for credora ou devedora do juiz e/ou de seus parentes até o quarto grau.
- (B) receber aconselhamento do juiz acerca do objeto da causa ou os meios para atender às despesas do litígio.
- (C) for advertida ou reprimida pelo juiz pela prática de ato considerado atentatório à dignidade da Justiça.

- (D) receber sugestão do juiz, ainda que indireta, sobre a possibilidade de realizar conciliação com a parte adversária.
- (E) for patrocinada por advogado que seja cônjuge ou parente até o quarto grau do juiz.

— QUESTÃO 16 —

Segundo a Constituição da República de 1988, todos os Tribunais Superiores

- (A) são compostos por 11 ministros, escolhidos dentre cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (B) são órgãos pertencentes à Justiça Federal, em razão do seu caráter nacional.
- (C) têm sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional.
- (D) têm competência para processar e julgar originariamente as ações declaratórias de inconstitucionalidade.
- (E) têm sua competência originária fixada diretamente pela Constituição da República.

— QUESTÃO 17 —

Além de disciplinar o Poder Judiciário, a Constituição Federal de 1988 também disciplina as funções essenciais à Justiça. No Poder Judiciário, a jurisdição é exercida pelos juízes. Já as funções essenciais à Justiça são exercidas pelos

- (A) advogados, que devem patrocinar imparcialmente os interesses de seus clientes perante a Justiça.
- (B) oficiais da carreira diplomática, que realizam a defesa dos interesses internacionais do Brasil perante a Justiça.
- (C) advogados públicos, que devem patrocinar imparcialmente os interesses do Estado perante a Justiça.
- (D) defensores públicos, que devem patrocinar imparcialmente os interesses dos necessitados perante a Justiça.
- (E) membros do Ministério Público, que devem realizar a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis perante a Justiça.

— QUESTÃO 18 —

Para a criação de uma comarca, que constitui uma unidade judiciária, é necessário

- (A) o mínimo de 5.000 eleitores.
- (B) o mínimo de 10.000 habitantes.
- (C) a média de serviço forense ser de no mínimo de 250 feitos ajuizados no trimestre anterior.
- (D) a reunião de dois ou mais municípios.
- (E) extensão territorial mínima de 500 Km².

— QUESTÃO 19 —

A Lei Estadual n. 9.129/81 com suas respectivas alterações dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás. Segundo essa Lei, são varas especializadas, dentre outras,

- (A) as Agrárias e as Criminais.
- (B) a da Fazenda Pública Municipal e a de Registros de Empresas.
- (C) as Cíveis e as Criminais.
- (D) a de Assistência Judiciária e a de Falência, Concor-datas e Insolvência Civil.
- (E) a de Menores e a de Previdência Pública Estadual.

— QUESTÃO 20 —

Segundo a Lei Estadual n. 9.129/81 e suas alterações, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás, é órgão de 2º (segundo) grau

- (A) a Diretoria do Foro.
- (B) a Vice-Presidência.
- (C) as Câmaras de Fazenda Pública Reunidas.
- (D) a Corregedoria Regional de Justiça.
- (E) as Câmaras Agrárias Isoladas.

— QUESTÃO 21 —

O Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei Estadual n. 9.129/81 e suas respectivas alterações) disciplina os juizados especiais (chamados de juizados de pequenas causas), na Comarca de Goiânia, da seguinte forma:

- (A) 20 juizados especiais, com 20 juízes.
- (B) 25 juizados especiais, com 50 juízes.
- (C) 15 juizados especiais, com 30 juízes.
- (D) 20 juizados especiais, com 40 juízes.
- (E) 25 juizados especiais, com 25 juízes.

— QUESTÃO 22 —

De acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás (Lei Estadual n. 9.129/81 e suas respectivas alterações), o Júri

- (A) poderá ser reunido extraordinariamente, em caso excepcional, por determinação de qualquer das Câmaras Criminais Isoladas.
- (B) será presidido pelo Juiz Criminal mais antigo na Comarca da Capital, salvo por motivo de força maior ou impedimento legal.
- (C) iniciará suas sessões às oito horas, salvo se for designado previamente outro horário pelo Juiz.
- (D) será composto, nas comarcas do interior, por jurados sorteados até 10 dias antes da data de instalação dos trabalhos.
- (E) deverá reunir-se, na Comarca de Goiânia, bimestralmente, em sessão ordinária, salvo nos meses de janeiro e julho.

— QUESTÃO 23 —

Conforme a Lei Estadual n. 9.129/81 e suas respectivas alterações, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, observado o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, é composto, dentre outros, pelos seguintes órgãos:

- (A) Câmaras Cíveis e Criminais Isoladas e as respectivas Seções Cíveis e Criminais Unificadas.
- (B) Diretoria do Foro e Corregedoria-Geral de Justiça.
- (C) Câmaras de Fazenda Pública e Registro Público Isoladas e as respectivas Seções de Fazenda Pública e Registro Público.
- (D) Presidência e a respectiva Sub-Corregedoria Geral Adjunta da Presidência.
- (E) Conselho Superior da Magistratura e Comissões Permanentes.

— QUESTÃO 24 —

Segundo a Lei Estadual n. 9.129/81 e suas respectivas alterações, a Corregedoria-Geral de Justiça tem como finalidade

- (A) participar, mediante autorização do Presidente do Tribunal, de órgãos assistenciais ou consultivos referentes a menores, idosos e minorias discriminadas.
- (B) fiscalizar, vigiar e orientar os juízes nos termos previstos no Regimento Interno e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional.
- (C) aplicar as sanções judiciais e administrativas aos servidores e juízes que praticarem atos de improbidade administrativa, após o devido processo legal.
- (D) estabelecer os dias e horários de funcionamento do foro nas comarcas do Estado de Goiás e decidir os casos referentes a suspensão de prazos processuais.
- (E) receber e oferecer denúncia contra servidores e magistrados, em caso de inobservância das regras de licitação na compra de materiais para o foro.

NOÇÕES ELEMENTARES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO**— QUESTÃO 25 —**

Entre outros, são fundamentos da República Federativa do Brasil, a

- (A) autodeterminação dos povos e o pluralismo político.
- (B) defesa da paz e a cidadania.
- (C) não-intervenção e a cidadania.
- (D) independência nacional e a soberania.
- (E) dignidade da pessoa humana e o pluralismo político.

— QUESTÃO 26

A jurisdição, atividade exercida pelo Poder Judiciário, rege-se pelo princípio constitucionalmente previsto da:

- (A) inafastabilidade
- (B) prevalência
- (C) dependência
- (D) excepcionalidade
- (E) subordinação

— QUESTÃO 27

De acordo com o art. 2º da Constituição da República de 1988, são Poderes da União: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O Poder Judiciário, cuja missão é dizer e aplicar o Direito, compõe-se dos seguintes órgãos:

- (A) Tribunais Regionais do Trabalho, os Juízes do Trabalho e as Juntas de Conciliação, estas composta por Juízes Classistas, cuja competência restringe-se às ações trabalhistas até 60 salários mínimos.
- (B) Tribunais Regionais Eleitorais e os Juízes Eleitorais, cujos membros são selecionados mediante concurso público para desempenhar exclusivamente a função judicial eleitoral.
- (C) Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais, cuja competência para processar e julgar ações é residual em relação aos órgãos da denominada Justiça Estadual.
- (D) Tribunais de Justiça e os Juízes de Direito, cuja competência abrange as causas em que forem parte o INSS e algum segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal.
- (E) Tribunais de Contas dos Estados e o da União, órgãos competentes para os julgamentos das contas da Administração Pública e cujos membros são indicados pelo Executivo, após aprovação pelo Legislativo.

— QUESTÃO 28

É princípio constitucional da Administração Pública a

- (A) moralidade, que tem, como elementos, a improbidade, o decoro e a boa-fé na execução das atividades administrativas.
- (B) eficiência, que se refere à noção da boa relação entre os custos e os benefícios na execução das atividades administrativas.
- (C) legalidade, que tem como objetivo permitir que se faça tudo que não esteja proibido na execução das atividades administrativas.
- (D) impessoalidade, que se refere ao tratamento diferenciado aos administrados, conforme a nacionalidade, na execução das atividades administrativas.
- (E) publicidade, que diz respeito à exigência de restrição de publicação de dados no desenvolvimento das atividades administrativas.

— QUESTÃO 29

Na Constituição da República de 1988, o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis está estruturado de forma a

- (A) proibir a associação sindical e o direito de greve, desde que se trate de serviço público considerado essencial à população.
- (B) permitir que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Judiciário sejam superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (C) proibir a vinculação e equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (D) permitir a contratação de servidores por prazo determinado, desde que atenda à necessidade permanente e ao interesse público.
- (E) proibir a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando se tratar de dois cargos de professor com outro de médico e houver compatibilidade de horário.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL**— QUESTÃO 30**

Fernando Henrique Cardoso destacou-se no governo do Presidente Itamar Franco (1992-1995) como Ministro da Fazenda. Durante sua gestão, implementou

- (A) o imposto para transação financeira, a CPMF, que era revertido às instituições de amparo social do governo.
- (B) a redução das alíquotas do imposto de renda, que beneficiavam empresas incentivadoras de atividades culturais.
- (C) a reforma econômica, que criou uma nova moeda e estabilizou a economia brasileira, controlando a inflação.
- (D) a reforma política, que proibiu a troca de partido político por parte de deputados e senadores, diminuindo os gastos com as eleições.
- (E) o programa das donas de casa vigilantes, que colaboravam com o governo por meio das pesquisas de preço nos supermercados.

— QUESTÃO 31

No ano de 2006, os interesses econômicos de Brasil e Bolívia passaram a ser opostos. Nesse cenário, o conflito entre esses países esteve associado

- (A) às barreiras alfandegárias bolivianas, que aumentaram suas taxas para produtos brasileiros.
- (B) ao tratamento do governo brasileiro dispensado aos migrantes bolivianos, que não conseguiam trabalho em nosso País.
- (C) à quebra de contrato por parte da empresa petrolífera brasileira, que se recusava a exportar gás para a Bolívia.
- (D) à nacionalização das reservas naturais bolivianas, decisão que mudava as regras contratuais para a exploração petrolífera no país.
- (E) à histórica disputa territorial pelo Acre, que, com a exploração da borracha, contribuía para elevação do PIB boliviano.

— QUESTÃO 32 —

A economia globalizada integra os mercados, influenciando a dinâmica interna da maioria dos países. Atualmente, a demanda do mercado mundial atinge o setor agrícola e agro-industrial brasileiro, aumentando a produção e o processamento

- (A) da cana de açúcar para produção de etanol.
- (B) de soja para produção de biocombustível.
- (C) de leite e derivados para atender à demanda mundial.
- (D) de carne de aves para suprir o mercado europeu.
- (E) de laranja para incrementar a produção de sucos.

— QUESTÃO 33 —

A migração interna no Brasil intensificou-se a partir dos anos de 1970, nos estados brasileiros. Em razão desse processo, verifica-se:

- (A) predomínio de população rural no entorno dos municípios.
- (B) crescente processo de urbanização nos estados.
- (C) surgimento de municípios para a integração da população migrante.
- (D) aumento da violência urbana nas cidades médias.
- (E) incremento das ações de saneamento básico nos municípios.

— QUESTÃO 34 —

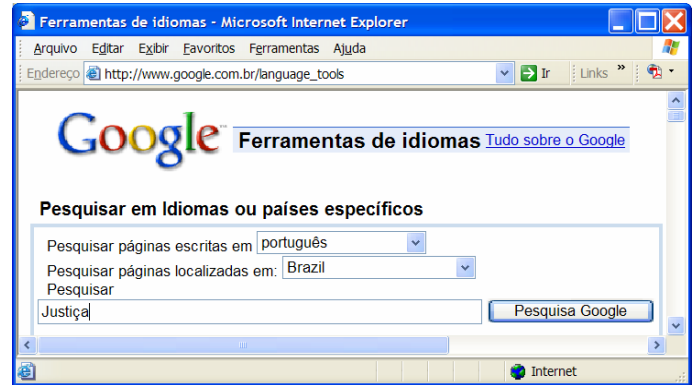
Atualmente, o principal meio de comunicação é a Internet, que possibilita a comunicação entre milhões de pessoas em todo o mundo. Essa tecnologia, no entanto, não alcançou grande parcela da população, por falta de computadores. Em razão disso, o governo federal desenvolve um programa de inclusão digital que visa

- (A) criar espaços públicos de acesso ao computador.
- (B) financiar a aquisição de computadores aos servidores públicos.
- (C) doar computadores às comunidades carentes.
- (D) universalizar o acesso a computadores nas escolas públicas.
- (E) criar mecanismos que universalizem o uso do computador.

— INFORMÁTICA BÁSICA —

— QUESTÃO 35 —

O site www.google.com.br é a ferramenta de busca mais utilizada no Brasil. Considere a configuração da ferramenta de idiomas da Google ©, apresentada na figura a seguir.

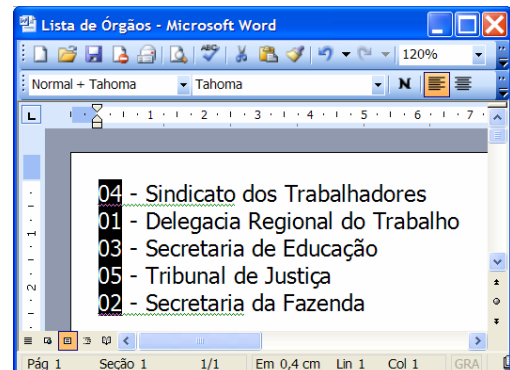


Se o usuário dessa ferramenta utiliza com frequência páginas somente em determinados idiomas, o que ele deve fazer para que as páginas a serem utilizadas estejam disponíveis sempre no idioma escolhido?

- (A) Salvar essa opção de pesquisa clicando em Arquivo e Certificados.
- (B) Salvar essa opção como padrão de pesquisa na página de Preferências.
- (C) Imprimir essa opção clicando em Ferramentas e Idiomas.
- (D) Imprimir essa opção de padrão de pesquisa na página de Bloqueio.
- (E) Imprimir essa opção clicando em Ferramentas e Certificados.

— QUESTÃO 36 —

O Microsoft Word 2003 © é um aplicativo muito utilizado globalmente e se aplica na edição de textos. Considere a seleção do texto apresentada na figura a seguir.



Para selecionar o **bloco de texto em coluna** (texto simples sem formatação de tabela) enquanto se arrasta o mouse, que tecla deve ser mantida pressionada?

- (A) ALT
- (B) CTRL
- (C) DELETE
- (D) PAGE DOWN
- (E) SHIFT

— QUESTÃO 37 —

O Microsoft Outlook Express © é o programa da Microsoft utilizado para enviar mensagens de correio eletrônico por meio da Internet. Para utilizá-lo, é necessário configurar as contas de e-mails dos usuários. Para configurar uma conta de usuário é necessário

- (A) digitar o endereço de e-mail no campo "Endereço de e-mail" (<http://www.nome.dominio.com.br>) na janela "Assistente para conexão com a Internet."
- (B) definir um endereço eletrônico de um servidor, no campo "Nome da conta" e digitar uma senha facilmente identificável.
- (C) definir o nome dos servidores da conta de e-mail responsáveis por receber e enviar as mensagens para os demais provedores na Internet.
- (D) ajustar a configuração da conta de e-mail, para que se possa enviar mensagens de alta segurança por meio dos protocolos HTTP, ISUP e IP.
- (E) ajustar a configuração da conta de protocolos, para que se possa enviar mensagens de baixa segurança por meio dos protocolos TCAP e IP.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO**— QUESTÃO 38 —**

A capacidade civil da pessoa natural é

- (A) plena, a partir dos 16 anos.
- (B) relativa, entre os 16 e os 21 anos.
- (C) relativa, entre os 18 e os 21 anos.
- (D) plena, a partir dos 18 anos.
- (E) plena, a partir dos 21 anos.

— QUESTÃO 39 —

O Código Civil, no Livro I, que trata das Pessoas, dispõe no Título III, Artigo 76, que têm domicílio necessário, dentre outras, as seguintes pessoas:

- (A) o empresário, o servidor público, o incapaz e o preso.
- (B) o médico, o marítimo, o militar e o preso.
- (C) o advogado, o militar, o incapaz e o preso.
- (D) o engenheiro, o incapaz, o servidor público e o preso.
- (E) o militar, o marítimo e o preso.

— QUESTÃO 40 —

Devem correr em segredo de justiça os processos de

- (A) desapropriação.
- (B) anulação de casamento.
- (C) interdito proibitório.
- (D) seqüestro.
- (E) arresto.

— QUESTÃO 41 —

Os prazos dos atos processuais são

- (A) determinados na lei, exclusivamente.
- (B) descontínuos, sendo sua contagem interrompida nos feriados.
- (C) prorrogáveis pelas partes de comum acordo, exceto os peremptórios.
- (D) contínuos, não sendo passíveis de suspensão.
- (E) indeterminados, na ausência de preceito legal ou assinação pelo juiz.

— QUESTÃO 42 —

Nos Juizados Especiais Cíveis os processos são orientados, dentre outros, pelos seguintes critérios:

- (A) formalidade, economia processual e simplicidade.
- (B) simplicidade, economia processual e imprevisibilidade.
- (C) celeridade, economia processual e complementariedade.
- (D) oralidade, economia processual e previsibilidade.
- (E) informalidade, economia processual e celeridade.

— QUESTÃO 43 —

A ação penal de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o

- (A) ofendido a requerer ao juízo competente.
- (B) Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal.
- (C) defensor público não oferecer denúncia no prazo legal.
- (D) Ministro da Justiça formular requisição.
- (E) advogado formular representação.

— QUESTÃO 44 —

O crime é considerado doloso quando o agente

- (A) assume o risco de produzir o resultado.
- (B) dá causa ao resultado por imprudência.
- (C) age com culpa e por isso produz o resultado.
- (D) dá causa ao resultado por imperícia.
- (E) dá causa ao resultado por negligência.

— QUESTÃO 45 —

No Código de Processo Penal, dentre os recursos previstos está o denominado Recurso em Sentido Estrito. Caberá recurso, no sentido estrito, da

- (A) decisão que concluir pela incompetência do juízo.
- (B) decisão do Tribunal do Júri quando ocorrer nulidade posterior à pronúncia.
- (C) sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular.
- (D) sentença condenatória à pena de reclusão por tempo igual ou superior a vinte anos.
- (E) sentença ambígua, obscura, contraditória ou omissa.

— QUESTÃO 46

A citação por precatória será realizada quando o réu

- (A) estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- (B) não for encontrado.
- (C) estiver fora do território ou jurisdição do juízo processante.
- (D) ocultar-se para não ser citado.
- (E) estiver preso.

— QUESTÃO 47

No processo para apuração dos crimes da competência do juiz singular (processo comum), o prazo para apresentação das alegações finais escritas é de

- (A) 3 dias.
- (B) 5 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 10 dias.
- (E) 15 dias.

— QUESTÃO 48

Dentre os deveres e atribuições comuns dos servidores da justiça, está o de

- (A) expedir guias para recolhimento de tributos e outros valores.
- (B) exigir recibo de carga, em todo e qualquer caso, inclusive de conclusão aos juízes.
- (C) ter em boa guarda, conservando com devido zelo, os autos, livros e papéis a seu cargo e os que por força do ofício receber das partes.
- (D) conferir e consertar os translados de autos, extraídos por outro escrivão para fim de recurso.
- (E) tomar em livro próprio os termos de audiência e transladá-los para os autos, exceto os que devam ser lavrados.

— QUESTÃO 49

De acordo com o procedimento previsto no Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás, a decisão sobre a alteração do número de escreventes para cada cartório ou escrivania compete ao

- (A) Presidente do Tribunal de Justiça.
- (B) Juiz de Direito titular do respectivo cartório.
- (C) Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
- (D) Corregedor-Geral de Justiça.
- (E) Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

— QUESTÃO 50

As penas aplicáveis aos servidores da justiça são as seguintes:

- (A) admoestação, censura, multa, suspensão de até 30 dias e demissão.
- (B) advertência, censura, multa, suspensão de até 45 dias e demissão.
- (C) repreensão, censura, multa, suspensão de até 15 dias e demissão
- (D) advertência, censura, multa, suspensão de até 90 dias e demissão.
- (E) admoestação, censura, multa, suspensão de até 60 dias e demissão.

— RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO**— QUESTÃO 01**

No Código Civil os bens públicos são classificados em três espécies. Cite quais são essas espécies e os efeitos que essa classificação tem quanto à possibilidade de alienação desses bens.

— QUESTÃO 02

De acordo com o Código Civil (art. 185), as disposições quanto à invalidade do negócio jurídico são aplicadas aos atos jurídicos lícitos, que não sejam negócios jurídicos, no que couber. Nesses termos, explique a principal diferença entre o ato jurídico nulo e o ato jurídico anulável e indique as hipóteses previstas no Código Civil em que o ato jurídico (tal qual o negócio jurídico) é nulo.

— QUESTÃO 03

Citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender. No processo civil, a citação se faz, em regra, pelo correio, salvo exceções taxativamente previstas no Código de Processo Civil brasileiro. Em quais situações legalmente previstas não se procede à citação pelo correio?

— QUESTÃO 04

O Código Penal prevê três espécies de pena: a privativa de liberdade, as restritivas de direitos e a de multa. Cite as espécies de pena privativa de liberdade e explique a diferença existente entre elas.

— QUESTÃO 05

Elabore um mandado de citação, levando em conta a seguinte situação hipotética:
Ação criminal pelo crime de furto (art. 155 do Código Penal brasileiro) contra (nome fictício).